

➤ **CONTRATAÇÃO:**

10. PROCEDIMENTO CPR/AQ/02/22/DCP – FORNECIMENTO DE ELETRICIDADE EM

REGIME DE MERCADO LIVRE PARA PORTUGAL CONTINENTAL:

Da **DMG-Departamento Financeiro – Divisão de Contratação Publica**, submetendo para ratificação os seguintes atos do Sr. Presidente da Câmara, relativos ao **Procedimento CPR/AQ/02/22/DCP** - Fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para Portugal Continental, de acordo com documentos que vão em anexo:

- a) – Lote 1 – Baixa Tensão Normal (BTN);
- b) – Lote 2 - Baixa Tensão Especial (BTE);
- c) – lote 3 - Média Tensão (MT);

1. Informação

Data
12/04/2022

Autor	Nome	Carreira/Cargo

2. Dados Procedimento

N.º Procedimento	Preço base (s/ IVA)	Prazo execução
CPR/AQ/02/DCP	3.152.690,52€	31/12/2022
Objeto	Fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para Portugal Continental.	
	a) Lote 1 - Baixa Tensão Normal (BTN);	
	b) Lote 2 - Baixa Tensão Especial (BTE);	
	c) Lote 3 - Média Tensão (MT);	
CPV	09310000-5 - Electricidade	

Projeção Plurianual da Despesa (valores s/IVA)

Ano 2022	Ano 2023	Ano 2024	Ano 2025	Seg.s	TOTAL
3.152.690,52€	-	-	-	-	3.152.690,52€

3. Propostas de aprovação

3.1 Da decisão de contratar, nos termos do artigo 36.º do CCP

3.2 Da fixação do preço base, nos termos do artigo 47º do CCP;

3.3 Da escolha do procedimento de consulta prévia, nos termos do artigo 259.º, n.º 1 do CCP na sua redação atual, nos termos do artigo 38.º do CCP.

- 3.4** Das entidades a convidar, nos termos do artigo 113.º, n.º 1 do CCP.
- 3.5** Do gestor do contrato (art.º 290º-A)
- 3.6** Da designação do júri do procedimento, nos termos do artigo 67º, nº1 do CCP, o qual poderá só entrar em funções caso seja apresentada mais do que uma proposta, ao abrigo do disposto no artigo 125.º do CCP.
- 3.7** Do convite e do caderno de encargos, nos termos do artigo 40.º, n.º2 do CCP.
- 3.8** Da delegação no júri, nos termos do artigo 109.º do CCP, das competências, desde que não impliquem aumento da despesa nem estejam em causa aspetos essenciais das peças procedimentais, para a decisão sobre:
- 3.8.1** A prorrogação do prazo para a apresentação de propostas, artigo 64.º do CCP;
 - 3.8.2** A classificação de documentos da proposta e respetiva desclassificação, se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a sua classificação, art.º 66.º do CCP.
 - 3.8.3** Notificação da decisão de adjudicação e para apresentação dos documentos de habilitação e prestação de caução, quando aplicável, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 77.º do CCP, bem como a notificação a todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, nos termos do n.º1 do artigo 85.º
 - 3.8.4** A prorrogação do prazo de apresentação dos documentos de habilitação, nos termos do n.º 2 do artigo 85.º do CCP.
 - 3.8.5** Prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento solicitados pelos interessados, conforme previsto na alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º do CCP;

4. Escolha do procedimento (259.º, n.º1)

Da escolha do procedimento nos termos da modalidade de Acordo-quadro para o fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para Portugal Continental - AQ-ELE 2020 da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP, I.P.), onde a Câmara Municipal de Braga se incluiu como uma Entidade compradora voluntária, enquadrada no n.º 3 do art.º 3º do Decreto-lei n.º 37/2007, de 19 de fevereiro, na sua redação atual, em virtude da adesão efetuada ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) para a categoria de aquisições objeto do presente Acordo-Quadro, conforme contrato de adesão assinado a 11 de julho de 2017, que se anexa.

5. Decisão de contratar

De acordo com o referenciado pelo serviço requisitante, esta aquisição justifica-se com a necessidade de se dar continuidade ao fornecimento de energia elétrica ao Concelho Braga, tanto ao nível da iluminação pública como do fornecimento de energia para edifícios e instalações municipais.

6. Cabimento Prévio

7. Escolha do procedimento (259.º)

Critério	Fundamentação	
	Direito	Facto
Valor	Para a formação de contratos a celebrar ao abrigo de acordos quadro celebrados na modalidade prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 252.º do CCP na sua atual redação, deve adotar-se a consulta prévia, pelo que deve a entidade adjudicante dirigir aos cocontratantes do acordo quadro que reúnam as condições necessárias para a execução das prestações objeto desses contratos um convite à apresentação de propostas, circunscritas aos termos do acordo quadro a concretizar, a desenvolver ou a complementar em virtude das particularidades da necessidade cuja satisfação se visa com a celebração do contrato – cfr. art.º 259.º do CCP na sua atual redação.	<p>Pretende-se o fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para Portugal Continental - AQ-ELE 2020 para o fornecimento para o Município de Braga, tendo sido selecionadas as entidades do Acordo-Quadro.</p> <p>O valor estimado da despesa a efetuar não será superior a 3.152.690,52€, IVA excluído</p>

8. Escolha da entidade a convidar

N.º	Entidade	Adjudicações (113.º CCP)		Ofertas (113.º/5 CCP)
		Valor	Límite	
1	EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A.	Não Aplicável		Não temos conhecimento
2	Iberdrola Clientes Portugal, Unipessoal, Lda.			
3	GALP Power, S.A.			
4	Endesa Energia, S.A. – Sucursal Portugal			
5	HEN – Serviços Energéticos, Lda			
6	Axpo Energia Portugal, Unipessoal, Lda			

9. Fundamentação do Preço Base

O preço base do presente contrato foi definido de acordo com o preço unitário máximo das propostas classificadas no Acordo-Quadro para o fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para Portugal Continental - AQ-ELE 2020 da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP, I.P.), de acordo com a seleção dos concorrentes para os Lotes 1, 2 e 3.

10. Peças do procedimento (40.º/1/a))

- b. Caderno de Encargos (42.º a 49.º)
- d. Convite (115.º)

11. Júri do Procedimento

12. Gestor do Procedimento

13. Órgão competente

Nos termos do artigo 18.º, n.º 1, alínea b) do DL n.º 197/99, de 8 de junho, é competência da Câmara Municipal autorizar despesas de valor superior a 748.196,85€.

A Câmara Municipal é competente para aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba, nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

14. Isenção de Fiscalização Prévia Tribunal Contas

Nos termos do artigo 47.º, n.º 1, alínea c) da Lei 98/97, de 26 de agosto – LOPTC, na sua versão atualizada, os contratos de arrendamento, bem como os de fornecimento de água, gás e eletricidade ou celebrados com empresas de limpeza, de segurança de instalações e de assistência técnica, estão isentos de Fiscalização Prévia do Tribunal de Contas

15. Anexos:

- a. Cabimento;
- b. Programa de concurso;
- c. Caderno de Encargos.

CONVITE PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA(S)

CONSULTA PRÉVIA

Índice

1. Identificação do Procedimento.....	2
2. Objeto do Procedimento	2
3. Entidade Adjudicante	2
4. Órgão que tomou a decisão de contratar	2
5. Fundamentação da escolha do Acordo-Quadro.....	2
6. Órgão competente para prestar esclarecimentos.....	2
7. Preço base.....	2
8. Fundamentação do preço base	3
9. Documentos que constituem a proposta	3
10. Idioma dos documentos que constituem a(s) proposta(s).....	3
11. Prazo para apresentação da(s) proposta(s)	3
12. Modo de apresentação da proposta e dos documentos que as instruem.....	4
13. Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas.....	4
14. Propostas variantes	4
15. Prazo de manutenção das propostas	4
16. Critério de adjudicação	4
17. Critério de desempate.....	5
18. Regras de arredondamento	5
19. Adjudicação por lotes.....	5
20. Negociações	5
21. Caução.....	5
22. Documentos de habilitação.....	6
23. Regime de Beneficiário Efetivo.....	7
24. Prazo para apresentação dos documentos de habilitação.....	7
25. Minuta do Contrato	8
26. Legislação aplicável.....	8
ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO.....	9
ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO.....	11
ANEXO III - MODELO DE ORÇAMENTO.....	12
ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DO PREÇO POR LOTE	13
ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE DEPÓSITO BANCÁRIO	14
ANEXO VI - MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA/SEGURO DE CAUÇÃO.....	15

1. Identificação do Procedimento

2. Objeto do Procedimento

O fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para Portugal Continental.

O procedimento compreende os seguintes lotes:

- a) Lote 1 - Baixa Tensão Normal (BTN);
- b) Lote 2 - Baixa Tensão Especial (BTE);
- c) Lote 3 - Média Tensão (MT);

3. Entidade Adjudicante

Município de Braga.

4. Órgão que tomou a decisão de contratar

Nos termos do artigo 36.º do CCP a decisão de contratar foi tomada pela:

Câmara Municipal, nos termos do artigo 18.º, n.º 1, alínea b) do DL n.º 197/99, de 8 de junho, com competência para autorizar despesas de valor superior a 748.196,85€.

A Câmara Municipal é competente para aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba, nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

A autorização para a abertura foi tomada pelo Sr. Presidente da Câmara de Braga, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, sendo, nos termos da norma anteriormente referenciada, será submetida a ratificação do órgão executivo, na sua próxima reunião.

5. Fundamentação da escolha do Acordo-Quadro

Critério do valor definido no artigo 259º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

6. Órgão competente para prestar esclarecimentos

Cabe ao Júri e à Divisão de Contratação Pública, prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento.

7. Preço base

- 1. Os preços unitários base, que não incluem o imposto sobre o valor acrescentado, sendo os valores máximos que a entidade adjudicante aceita pagar e que limitam os preços unitários contratuais, são os constantes no AQ Acordo-quadro para o fornecimento de eletricidade em

regime de mercado livre para Portugal Continental - AQ-ELE 2020 da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPA, I.P.).

2. O Preço Base: resulta do produto da multiplicação dos preços unitários pelas quantidades efetivas acrescidas de todos os outros elementos que compõem a fatura a pagar ao co-contratante e que não se encontram submetidos à concorrência por serem regulados por entidades terceiras, não pode, em qualquer caso, ser superior a € **3.152.690,52**, no total dos lotes, no prazo máximo de vigência admitido (valores sem revisão de preços e sem IVA).

8. Fundamentação do preço base

1. O preço base foi calculado tendo em conta os preços máximo resultantes do Acordo-Quadro – ELE 2020.
2. O Preço Base: resulta do produto da multiplicação dos preços unitários pelas quantidades efetivas acrescidas de todos os outros elementos que compõem a fatura a pagar ao co-contratante e que não se encontram submetidos à concorrência por serem regulados por entidades terceiras.

9. Documentos que constituem a proposta

- a) Declaração elaborada conforme o modelo constante do **Anexo I** do presente Convite;
- b) Proposta com indicação do **preço total e preço unitário para cada lote a que concorra**, de acordo com as previsões de consumo conforme **Anexo III** ao presente Convite;
- c) Declaração conforme modelo constante do **Anexo IV** do presente Convite, o qual deverá ser indicado em algarismos e por extenso, referindo expressamente que não inclui o IVA.

10. Idioma dos documentos que constituem a(s) proposta(s)

Todos os documentos devem ser apresentados em Português ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

11. Prazo para apresentação da(s) proposta(s)

1. A(s) proposta(s) e os documentos que a instruem serão entregues até às **18 horas do 5º dia após a data de envio do presente convite**.
2. Sempre que o termo do prazo definido para a apresentação de propostas coincidir com dia em que os serviços da entidade adjudicante estejam encerrados, transfere-se o mesmo para o primeiro dia útil seguinte.
3. A transferência do termo do prazo definido no número 1, por força do estabelecido no número 2, não determinará qualquer alteração aos prazos que estejam associados ao prazo definido para a apresentação de propostas.

12. Modo de apresentação da proposta e dos documentos que as instruem

1. A(s) proposta(s) e os documentos que a instruem serão apresentados através da plataforma eletrónica em uso nesta entidade sita em : <https://www.acingov.pt>.
2. Os concorrentes deverão assinar eletronicamente todos os documentos carregados na Plataforma, mediante a utilização de Certificado de Assinatura Qualificada, bem como a própria proposta, de acordo com o artigo 54.º da Lei nº 96/2015, de 17 de agosto.
3. Nos casos em que o Certificado Digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à Plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.
4. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, bastando comunicarem tal facto.
5. A proposta deve mencionar que ao preço total acresce o IVA, indicando-se o respetivo valor e a taxa legal aplicável entendendo-se, na falta desta menção, que o preço apresentado não inclui aquele imposto.

13. Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas

1. O Júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicação da lista dos concorrentes na plataforma.
2. Os concorrentes incluídos na lista podem proceder à consulta de todas as propostas apresentadas na referida plataforma.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias úteis contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da apresentação tempestiva da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o Júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 1 e 2 do presente artigo.

14. Propostas variantes

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de proposta(s) variante(s).

15. Prazo de manutenção das propostas

O prazo de manutenção das propostas é de **66 (Sessenta e seis)** dias contados da data do termo fixado para a apresentação das propostas, de acordo com o mencionado no artigo 65.º do CCP.

16. Critério de adjudicação

1. A adjudicação será feita, para cada um dos lotes, de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da modalidade:

- a) Monofator – preço, de acordo com o qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, neste caso o preço como único aspeto da execução do contrato a celebrar.
- b) Para efeitos do número anterior, será considerada mais vantajosa a proposta que apresente **o menor preço para a energia ativa**, com quatro casas decimais, e não incluem o IVA.
- c) São excluídas, por lote, as propostas que não apresentem preço para a totalidade dos tarifários (€/kWh) nele contidos.

17. Critério de desempate

1. Se por via da aplicação dos critérios definidos nos números anteriores se verificar a igualdade de pontuação entre duas ou mais propostas, será aplicado sucessivamente, até se verificar o respetivo desempate, os seguintes critérios:
 - a) Lote 1: Será adjudicada a proposta com mais baixo preço na componente Pea BTN1 (BTN - Baixa tensão normal - Potência contratada $\leq 20,7$ kVA - Sem ciclo - Simples - Todas as horas);
 - b) Lote 2: Será adjudicada a proposta com mais baixo preço na componente Pea BTE2 (Pea BTE2 - BTE - Baixa tensão especial - Ciclo diário - Tetra-horário - Horas cheias);
 - c) Lote 3: Será adjudicada a proposta com mais baixo preço na componente Pea MT2 (Pea MT2 - MT - Média tensão - Todos os ciclos - Tetra-horário - Horas cheias);
2. Se após a aplicação do critério de desempate estabelecido na alínea anterior persistir o empate entre as propostas melhor classificadas, a adjudicação será atribuída àquela que for selecionada na sequência de sorteio a promover pelo júri na plataforma de contratação pública.

18. Regras de arredondamento

Os cálculos matemáticos implicados nas operações de avaliação das propostas serão efetuados sempre considerando quatro casas decimais, processando-se o arredondamento da pontuação final do critério de adjudicação até à terceira casa decimal.

19. Adjudicação por lotes

Os concorrentes podem apresentar propostas para um, para vários ou para todos os lotes, sendo que a entidade adjudicante pode adjudicar mais que um lote ao mesmo concorrente.

20. Negociações

A(s) proposta(s) apresentada(s) não será(ão) objeto de negociação.

21. Caução

1. Quando o preço total dos lotes adjudicados a um mesmo concorrente atinja ou supere 500.000,00€, o adjudicatário será notificado da adjudicação e do valor da caução, sendo-lhe, simultaneamente, fixado

um prazo de 10 dias, para prestar a caução, sob pena de a adjudicação caducar, de acordo com o disposto no n.º 2, alínea b) do artigo 77.º e no artigo 91.º do CCP.

2. A caução, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, de montante correspondente a 3% do preço total do contrato ou 10%, se o preço total do contrato for considerado anormalmente baixo, deve ser prestada:

a. Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem da entidade que for indicada pelo Município de Braga nos termos do modelo constante do **Anexo V** ao presente Convite, que dele faz parte integrante;

b. Mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos do modelo constante do **Anexo VI** ao presente Convite, que dele faz parte integrante.

3. Pode não ser exigida a prestação de caução, quando o adjudicatário, no prazo correspondente, apresente seguro da execução do contrato a celebrar, emitido por entidade seguradora, que cubra o respetivo preço contratual, [ou *declaração de assunção de responsabilidade solidária*] emitido nos termos previstos no n.º 4 do artigo 88.º do CCP.

22. Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar, a reprodução dos documentos de habilitação referidos nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, sem prejuízo da possibilidade conferida no n.º 10 do mesmo artigo, caso o adjudicatário se encontra registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado, a saber:

- a) Declaração emitida conforme o modelo constante do **Anexo II** ao presente Convite, do qual faz parte integrante.
- b) Documento comprovativo da sua situação regularizada relativamente a contribuições para a **segurança social** em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP.
- c) Documento comprovativo da sua situação regularizada relativamente a **impostos** devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, como definido na alínea e) do art.º 55.º do CCP.
- d) Certificado de **registo criminal**, ou documento equivalente, do próprio no caso de pessoas em nome individual, ou **dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência** em efetividade de funções e **da própria pessoa coletiva**, no caso de entidades coletivas, como previsto na alínea b) e h) do art.º 55.º e do art.º 83.º-A do CCP, com a inscrição no fim a que se destina "Contratação Pública".

- e) Cópia da **certidão do registo comercial** ou o código de acesso à certidão permanente ou da ata de tomada de posse dos titulares dos órgãos e respetivos estatutos, no caso de se tratar de pessoa coletiva sem carácter comercial ou industrial.¹
- f) Documentos de habilitação previstos nos números 3 e 4 do artigo 2.º da Portaria n.º 372/2017 de 14 de Dezembro, quando for o caso.
- 2. O órgão competente para a decisão de contratar poderá solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste deste convite, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, caso em que será, nos termos do n.º 8 do artigo 81.º do CCP, fixado prazo para o efeito.
- 3. Se o adjudicatário for um agrupamento de pessoal singulares ou coletivas, os documentos de habilitação devem, nos termos do artigo 6.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, ser apresentados por todos os seus membros.

23. Regime de Beneficiário Efetivo

- 1. Juntamente com os documentos de habilitação e dentro do mesmo prazo, o adjudicatário deverá ainda apresentar o **documento comprovativo de registo no RCBE²**, ou respetivo código de acesso.
- 2. Tendo em consideração o disposto no artigo 37.º, n.º 1, alínea b), da Lei nº 89/2017, de 21 de agosto, o incumprimento das obrigações declarativas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, proíbe a celebração decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do disposto no artigo 87.º-A do CCP.
- 3. Ao adjudicatário será concedido um prazo de 5 dias para se pronunciar em sede de audiência prévia, relativamente a facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do artigo 87.º - A do CCP.

24. Prazo para apresentação dos documentos de habilitação

- 1. O adjudicatário deve apresentar os documentos **no prazo máximo de 5 (cinco) dias** após a notificação da adjudicação.
- 2. Para efeitos da alínea j) do n.º 1 do artigo 115.º do CCP, o adjudicatário **dispõe de um prazo de 5 (cinco) dias para a supressão de irregularidades detetadas** nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP
- 3. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, **por um período não superior a 5 (cinco) dias**, por solicitação do adjudicatário ao órgão competente para a decisão de contratar. (n.º 2 do art.º 85º do CCP).

¹ Não aplicável a entidades não comerciais.

² Estão excluídas da apresentação do RCBE as entidades identificadas no artigo 4.º do Anexo, da Lei 89/2017, de 21 de agosto

4. Sempre que se verifique um facto que possa levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 86.º do CCP, o adjudicatário será notificado do facto ocorrido, para que, **no prazo de 5 (cinco) dias** se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia. (n.º 2 do art.º 86º do CCP).

5. Sempre que se verifique um facto que possa levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 86.º do CCP, por um facto que não seja imputável ao adjudicatário, o prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por solicitação do adjudicatário ao órgão competente para a decisão de contratar, **por um período não superior a 5 (cinco) dias**. (n.º 3 do art.º 86º do CCP).

25. Minuta do Contrato

A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos **5 (cinco) dias** subsequentes à respetiva notificação.

26. Legislação aplicável


Em tudo quanto for omissa no presente convite, observar-se-á o disposto no CCP (aprovado pelo DL n.º 18/2008 de 29 de janeiro e republicado no DL n.º 111-B/2017 de 31 de agosto de 2017 e alterações subsequentes, nomeadamente pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio), e restante legislação aplicável.

Despacho:

Aprovo o presente convite.

Braga, 22, 04, 22

O Presidente da Câmara,



(Ricardo Rio)

ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a), n.º 1 do art.º 57.º do Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações vigentes)

1. (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽³⁾ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽⁴⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽⁵⁾:
 - a.
 - b.
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.
7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui

⁽³⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

⁽⁴⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada»

⁽⁵⁾ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

(local, data e assinatura)⁽⁶⁾.

⁽⁶⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Decreto-Lei 18/2008 de 29 de janeiro, com as alterações vigentes)

1. ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (7) ... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(a) no procedimento de ... [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (8) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9)] os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], [data] [Assinatura (11)]

(7) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(8) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(9) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(11) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III - MODELO DE ORÇAMENTO



Concurso público para a celebração de acordo quadro para o fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para Portugal Continental AQ-ELE 2019
Formulário de proposta

Anexo III ao Convite

Lote 1 - BTN Baixa tensão normal									
Energia ativa Proposta de preço									
Nível de tensão		Ciclo	Tarifário	PEA (preço da energia ativa) €/kWh *		PMU (preço máximo unitário €/kWh) **		Consumo (kWh)	Valor da proposta Energia Ativa sem IVA
BTN - Baixa tensão normal	Potência contratada ≤ 20,7 KVA	Sem ciclo	Simplex	Todas as horas	Pre BTN1	- €	0,3452 €	567 651	- €
		Ciclo diário e semanal	Bi-horário	Horas de vazio	Pre BTN2	- €	0,3004 €	366 722	- €
				Horas fora de vazio	Pre BTN3	- €	0,3644 €	416 950	- €
			Tri-horário	Horas de cheia	Pre BTN4	- €	0,3550 €	256 021	- €
				Horas de ponta	Pre BTN5	- €	0,3831 €	85 746	- €
				Horas de vazio	Pre BTN6	- €	0,2990 €	276 603	- €
	Potência contratada > 20,7 KVA	Ciclo diário e semanal	Tri-horário	Horas de cheia	Pre BTN7	- €	0,3550 €	688 957	- €
				Horas de ponta	Pre BTN8	- €	0,3831 €	244 823	- €
				Horas de vazio	Pre BTN9	- €	0,2994 €	811 370	- €
				TOTAL					

* Indicar preços de energia ativa para cada kWh com 4 casas decimais, sem IVA. Todas as células de preço são de preenchimento obrigatório, sob pena de exclusão da proposta (cf. n.º 13 e 14 do Artigo 10.º do Programa de Concurso)

** Preço unitário máximo fixado para o procedimento, sob pena de exclusão da proposta (cf. n.º 15 do Artigo 10.º do Programa de Concurso)



Concurso público para a celebração de acordo quadro para o fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para Portugal Continental AQ-ELE 2019
Formulário de proposta

Anexo III ao Convite

Lote 2 - BTE Baixa tensão especial									
Energia ativa Proposta de preço									
Nível de tensão	Ciclo	Tarifário	PEA (preço da energia ativa) €/kWh *		PMU (preço máximo unitário €/kWh) **	Consumo	Valor da proposta Energia Ativa sem IVA		
BTE - Baixa tensão especial	Ciclo diário	Tetra-horário	Horas de ponta	Pea BTE1	- €	0,3831 €	168 115	-	-
			Horas de cheia	Pea BTE2	- €	0,3550 €	415 852	-	-
			Horas de vazio normal	Pea BTE3	- €	0,3177 €	207 881	-	-
			Horas de super vazio	Pea BTE4	- €	0,2495 €	174 558	-	-
	Ciclo semanal	Tetra-horário	Horas de ponta	Pea BTE5	- €	0,3952 €	157 608	-	-
			Horas de cheia	Pea BTE6	- €	0,3639 €	376 316	-	-
			Horas de vazio normal	Pea BTE7	- €	0,2952 €	175 161	-	-
			Horas de super vazio	Pea BTE8	- €	0,2532 €	53 170	-	-
TOTAL							1 728 661	-	-

* Indicar preços de energia ativa para cada kWh com 4 casas decimais, sem IVA. Todas as células de preço são de preenchimento obrigatório, sob pena de exclusão da proposta (cf. n.º 13 e 14 do Artigo 10.º do Programa de Concurso)

** Preço unitário máximo fixado para o procedimento, sob pena de exclusão da proposta (cf. n.º 15 do Artigo 10.º do Programa de Concurso)



Concurso público para a celebração de acordo quadro para o fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para Portugal Continental AQ-ELE 2019
Formulário de proposta

Anexo III ao Convite

Lote 3 - MT Média tensão								
Energia ativa Proposta de preço								
Nível de tensão	Ciclo	Tarifário	PEA (preço da energia ativa) €/kWh *	PMU (preço máximo unitário €/kWh) **	Consumo	Valor da proposta Energia Ativa sem IVA		
MT - Média tensão	Todos os ciclos	Tetra-horário	Horas de ponta	Pre MT1	- €	0,3597 €	220 934	- €
			Horas de cheia	Pre MT2	- €	0,3359 €	871 549	- €
			Horas de vazio normal	Pre MT3	- €	0,2808 €	476 151	- €
			Horas de super vazio	Pre MT4	- €	0,2289 €	227 716	- €
			TOTAL					

* Indicar preços de energia ativa para cada kWh com 4 casas decimais, sem IVA. Todas as células de preço são de preenchimento obrigatório, sob pena de exclusão da proposta (cf. n.º 13 e 14 do Artigo 10.º do Programa de Concurso)

** Preço unitário máximo fixado para o procedimento, sob pena de exclusão da proposta (cf. n.º 15 do Artigo 10.º do Programa de Concurso)

1. Informação

Data
26/04/2022

Autor	Nome	Carreira/Cargo

2. Dados Procedimento

N.º Procedimento	Preço base (s/ IVA)	Preço adjudicado (s/ IVA)	Prazo execução
CPRAQ/02/22/DCP	3.152.690,52€	2.382.508,48	Até 31/12/2022
Fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para Portugal Continental.			
Objeto	a) Lote 1 - Baixa Tensão Normal (BTN);		
	b) Lote 2 - Baixa Tensão Especial (BTE);		
	c) Lote 3 - Média Tensão (MT);		
CPV	09310000-5 - Electricidade		

3. Propostas de aprovação

- a) Decisão de adjudicação (76.º).
- b) Redução do contrato a escrito (94.º).
- c) Aprovação da Minuta do contrato a escrito (98.º).

4. Órgão competente

Nos termos do artigo 18.º, n.º 1, alínea b) do DL n.º 197/99, de 8 de junho, é competência da Câmara Municipal autorizar despesas de valor superior a 748.196,85€.

A Câmara Municipal é competente para aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba, nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

5. Abertura do procedimento

Por despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Braga, de 12/04/2022, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, sendo posteriormente submetida a ratificação do órgão executivo.

6. Apresentação de propostas

No dia 19 de abril de 2022, procedeu-se à abertura das propostas apresentadas pelas seguintes entidades:

Concorrente(s)

504723456 - Galp Power, S.A.

980245974 - ENDESA ENERGIA SA - SUCURSAL PORTUGAL

514286652 - Axpo Energia Portugal, Unipessoal, Lda

7. Análise, avaliação e ordenação das propostas apresentadas

No dia 19 de abril de 2022, o júri do procedimento reuniu para analisar e avaliar as propostas apresentadas e elaborar o relatório preliminar, o qual foi submetido a audiência prévia, pelo prazo de 3 (três) úteis, não tendo nenhum dos concorrentes se pronunciado, nesta sede.

8. Proposta de adjudicação do júri

De acordo com o relatório final, de 26/04/2022, o júri deliberou, por unanimidade, propor a adjudicação da proposta à empresa ENDESA ENERGIAS SA – SUCURSAL PORTUGAL.

9. Caução

1. O adjudicatário será notificado da adjudicação, sendo-lhe, simultaneamente, fixado um prazo de 10 dias, para prestar a caução, sob pena de a adjudicação caducar, de acordo com o disposto no n.º 2, alínea b) do artigo 77.º e no artigo 91.º do CCP.
2. A caução, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, de montante correspondente a 3%, nos termos do artigo 89.º, n.º 1, do CCP, do preço total do contrato, ou seja **71.475,25€**

3. Poderá ser prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem da entidade adjudicante nos termos do modelo constante do **Anexo V** ao convite;
4. Mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos do modelo constante do **Anexo VI** ao convite.
5. Não é exigida a prestação de caução desde que o adjudicatário, no prazo correspondente, apresente seguro da execução do contrato a celebrar [ou declaração de assunção de responsabilidade solidária] emitido nos termos previstos no n.º 4 do artigo 88.º do CCP.

10. Redução do Contrato a escrito

10.1 Exigível

Fundamentação de Direito	De acordo com o disposto no artigo 94.º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP, é exigível a redução do contrato a escrito, "quando se trate de contrato de locação ou de aquisição de bens móveis ou de aquisição de serviços cujo preço contratual exceda os 10.000,00€.
Fundamentação de Facto	No caso concreto, o preço contratual é de 2.382.508,48€ acrescido de IVA à taxa legal em vigor, pelo que é exigível a redução do contrato a escrito.

10.2 Prazo de Suspensão

10.2.1 Não Aplicável

Fundamentação de Direito	O prazo de início da execução do contrato (prazo de suspensão) nunca pode ser inferior a 10 dias a contar da data da notificação da decisão de adjudicação (n.º 4 do artigo 95.º e n.º 2 do artigo 104.º CCP). Exceto quando: <ol style="list-style-type: none"> a) Não tenha sido publicado anúncio do procedimento no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE); b) Se tratar de contrato celebrado ao abrigo de um Acordo Quadro, cujos termos abranjam todos os seus aspetos ou que tenha sido celebrado apenas com uma entidade; b) Tenha sido apresentada apenas uma proposta.
Fundamentação de Facto	No caso concreto, o procedimento foi desencadeado ao abrigo de um Acordo Quadro da ESPAP, pelo que o prazo de suspensão não é aplicável.

11. Outorga do Contrato

Nos termos do n.º 5 do art.º 106.º do referido diploma compete ao Presidente da Câmara Municipal, no exercício de competência própria, de acordo com o disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, a representação do Município de Braga na outorga do contrato.

12. Prazo para apresentação dos documentos de habilitação

Face ao disposto na alínea j), n.º 1, art.º 115.º do CCP, alterado pelo D.L. 278/2009, de 2 de outubro, o prazo para apresentação dos documentos de habilitação foi fixado no nº24 do convite **(5 dias após a notificação da adjudicação)**.

13. Compromisso N. Seq: 84003

14. Anexos

- a) Relatório Final;
- b) Minuta de Contrato

15. Assinatura

O Gestor do Procedimento

RELATÓRIO FINAL

elaborado nos termos do artigo 124.º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atualizada

1. Referência do Procedimento**2. Objeto**

Fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para Portugal Continental.

- a) Lote 1 - Baixa Tensão Normal (BTN);
- b) Lote 2 - Baixa Tensão Especial (BTE);
- c) Lote 3 - Média Tensão (MT);

3. Designação do Júri

Órgão competente: Câmara Municipal de Braga

Habilitação: Nos termos do artigo 18.º, n.º 1, alínea b) do DL n.º 197/99, de 8 de junho, é competência da Câmara Municipal autorizar despesas de valor superior a 748.196,85€.

A Câmara Municipal é competente para aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba, nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

A autorização para a abertura e respetiva designação do júri, foi tomada pelo Sr. Presidente da Câmara de Braga, a 12/4/2022, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, sendo, nos termos da norma anteriormente referenciada, será submetida a ratificação do órgão executivo, na sua próxima reunião.

4. Membros do Júri

5. Entidades que apresentaram proposta

Concorrente(s)

504723456 - Galp Power, S.A.

980245974 - ENDESA ENERGIA SA - SUCURSAL PORTUGAL

514286652 - Axpo Energia Portugal, Unipessoal, Lda

6. Audiência prévia

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do art.º 123.º do artigo, o júri enviou a todos os concorrentes o relatório preliminar, tendo fixado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se pronunciarem por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia, não tendo nenhum dos concorrentes se pronunciado, nesta sede.

Assim, nesta conformidade, o júri deliberou manter o teor e as conclusões do relatório preliminar.

7. Proposta de adjudicação

Face ao exposto é proposto a adjudicação para todos os lotes a proposta do concorrente **ENDESA ENERGIAS SA – SUCURSAL PORTUGAL**, da seguinte forma:

Lote	Tipologia	Energia Ativa	Valor estimado para o contrato a celebrar S/IVA (energia ativa + tarifas ERSE + taxas + impostos) (€)
Lote 1	Baixa Tensão Normal (BTN)	1 135 950,04 €	1 284 441,74 €
Lote 2	Baixa Tensão Especial (BTE)	530 640,48 €	570 854,63 €
Lote 3	Média Tensão (MT)	503 510,14 €	527 212,11 €
	Total	2 170 100,66 €	2 382 508,48 €

* De acordo com a cláusula 5.º do caderno de encargos, os valores contratuais resultam da multiplicação dos **preços unitários** adjudicados pelas **quantidades efetivas** não poderá exceder os montantes fixados nas tabelas supra mencionadas, no **prazo máximo de vigência** admitido (valores sem IVA).

O produto da multiplicação dos preços unitários pelas quantidades efetivas **acrescidas de todos os outros elementos que compõem a fatura** a pagar ao co-contratante e que não se encontram submetidos à concorrência por serem regulados por entidades terceiras, não pode, em qualquer caso, ser superior aos montantes discriminados nas tabelas supramencionadas por lote, sendo o valor de €

2.382.508,48€, no total dos lotes, no prazo máximo de vigência admitido (valores sem revisão de preços e sem IVA).

8. Deliberações tomadas por:

Unanimidade	Maioria
Todas	-

9. Justificação do voto contra

Não Aplicável

10. Anexos

a. Relatório preliminar;

11. Data

26/04/2022

12. Assinatura

MINUTA DE CONTRATO N.ºCPRAQ/2/22/DCPFORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA: LOTES 1, 2 E 3

Entre:

____ **Primeiro: MUNICÍPIO DE BRAGA**, NIPC 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, na qualidade de 1.º outorgante. ____

____ **Segundo: Endesa Energia, S.A – Sucursal Portugal**, matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o n.º 980245974/NIPC, com sede na Quinta da Fonte, Ed. D. Manuel I, Piso 0, Ala B, 2770-203 Paço de Arcos Oeiras, representada _____ documento de identificação fiscal _____, como 2. outorgante, na qualidade de representante legal, com poderes para o ato, conforme certidão permanente, com o código de acesso que se arquiva. _____

O presente contrato rege-se pelas cláusulas seguintes: _____
_____**1.º**_____

____Este contrato tem por objeto o Fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para Portugal Continental, nos seguintes lotes:

- a) Lote 1 - Baixa Tensão Normal (BTN);
- b) Lote 2 - Baixa Tensão Especial (BTE);
- c) Lote 3 - Média Tensão (MT),

A adjudicação foi feita por despacho do Presidente da Câmara Municipal, de _____ de _____ de 2022, proferido aquando da aprovação da respetiva minuta, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, na sequência da **Consulta Prévia ao Abrigo de Acordo Quadro-CPRAQ/02/22**, ao abrigo do artigo 259.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, republicado no Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, com as alterações vigentes, de acordo com o caderno de encargos, bem como nos termos da proposta

adjudicada, que fazem parte integrante do presente contrato. _____

2.º _____

_____ Este contrato tem, nos termos do artigo 290.º - A do CCP, como gestor do contrato _____.

3.º _____

_____ O contrato mantém-se em vigor até 31 de dezembro de 2022, ou até ser atingido, durante esse prazo, o preço contratual no montante total de € 2.382.508,48, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato, e de acordo com a cláusula 2.ª do caderno de encargos. _____

4.º _____

_____ Esta aquisição foi adjudicada pelo **preço contratual** de € 2.382.508,48 (dois milhões, trezentos e oitenta e dois mil, quinhentos e oito euros e quarenta e oito cêntimos), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor sendo o preço a pagar mensalmente e de acordo com a cláusula 6.ª do caderno de encargos. _____

5.º _____

_____ A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente a este contrato, a realizar no atual ano económico, é a seguinte 0102/020201 do Orçamento do Município em vigor, em conformidade com as informações de cabimento e de compromisso n.º68175/_____ de 11 de abril e de 26 de abril, respetivamente. _____

6.º _____

_____ Foi prestada pelo Segundo a favor do Primeiro, caução mediante Garantia Bancária/ Seguro Caução/ nº, pelo, até ao montante de € **71.475,25** (setenta e um mil, quatrocentos e setenta e cinco euros e vinte e

DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

cinco cêntimos), destinada a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo Segundo no âmbito do processo relativo à adjudicação nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 88.º e 90.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, republicado no Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, com as alterações vigentes. _____

7.º _____

____Para resolução de todos os litígios emergentes da execução do presente contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga. _____

8.º _____

____O Primeiro Outorgante obriga-se a, durante a vigência do presente Contrato e após a sua cessação, manter confidencialidade sobre todos os dossiers, documentos, dados e informações obtidos em virtude da execução deste Contrato, e que se refiram ao Segundo Outorgante, nomeadamente sobre a sua organização, atividade ou negócio, e qualquer outro dado de natureza comercial e/ou técnica, não podendo, designadamente, extrair cópias, divulgá-los ou comunicá-los a terceiros. _____

____O dever de confidencialidade abrange a reprodução da informação em qualquer suporte informático, ou outro meio de registo de dados. _____

9.º _____

____Em tudo o que não esteja integralmente previsto no presente contrato aplicar-se-ão as demais cláusulas do caderno de encargos, a proposta, e o disposto no Código dos Contratos Públicos e restante legislação e regulamentação aplicável. _____

____E para constar se lavrou o presente contrato, num único exemplar, que vai ser assinado por ambos os outorgantes por certificado de assinatura digital qualificada, nos termos do artigo 94º, nº1 do Código dos Contratos Públicos. _____

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

CADERNO DE ENCARGOS

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

Índice

PARTE I – Cláusulas Gerais.....	2
1. Objeto.....	2
2. Prazo do contrato.....	2
3. Obrigações dos cocontratantes	3
4. Obrigações da entidade adquirente	4
5. Preço contratual	4
6. Condições de pagamento.....	5
7. Penalidades contratuais.....	6
8. Dever de sigilo	7
9. Proteção de dados pessoais	7
10. Força maior	8
11. Resolução por parte da entidade adjudicante	9
12. Resolução por parte do adjudicatário	9
13. Foro competente	10
14. Subcontratação e cessão da posição contratual	10
15. Comunicações e notificações	10
16. Local da prestação de serviços	10
17. Gestor do Contrato	11
18. Contagem dos prazos	11
19. Legislação aplicável.....	12
Parte II – Cláusulas Especiais	12
20. Especificações técnicas.....	12

PARTE I – Cláusulas Gerais

1. Objeto

1. Procedimento
2. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas jurídicas, bem como as especificações técnicas, a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal o fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para Portugal Continental.
3. O objeto do contrato será celebrado ao abrigo do Acordo-quadro para o fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para Portugal Continental - AQ-ELE 2020 da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP, I.P.), onde a Câmara Municipal de Braga se incluiu como uma Entidade compradora voluntária, enquadrada no n.º 3 do art.º 3º do Decreto-lei n.º 37/2007, de 19 de fevereiro, na sua redação atual, em virtude da adesão efetuada ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) para a categoria de aquisições objeto do presente Acordo-Quadro.
4. Os contratos a celebrar ao abrigo dos lotes do Acordo-Quadro têm por objeto o fornecimento de eletricidade, em regime de mercado livre, para Portugal Continental, em função de diversos níveis de tensão distribuídos de acordo com os seguintes lotes:
 - a) Lote 1 - Baixa Tensão Normal (BTN);
 - b) Lote 2 - Baixa Tensão Especial (BTE);
 - c) Lote 3 - Média Tensão (MT);

2. Prazo do contrato

1. O contrato mantém-se em vigor **até 31 de dezembro de 2022**, ou até ser atingido, durante esse prazo, o preço contratual, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, salvo se se verificarem casos de força maior que impeçam a execução do contrato, podendo, neste caso, a entidade adjudicante prorrogar o prazo de validade do contrato.
2. Prevê-se que o início do fornecimento de energia elétrica relativamente aos lotes 1, 2 e 3, ocorra a 01 de maio de 2022.
3. O prazo do contrato começa a contar da data da assinatura contrato, considerando-se para o efeito, **no caso de assinatura eletrónica**, a data da última assinatura aposta no mesmo.
4. Os prazos previstos nos números anteriores podem ser prorrogados por iniciativa da entidade adjudicante ou a requerimento do adjudicatário devidamente fundamentado, sem que daqui possa decorrer aumento do preço contratual máximo.
5. Sem prejuízo das normas legais imperativas, relativas ao reequilíbrio financeiro, e do previsto no n.º anterior, findo o prazo referido no n.º 1, e caso não tenha sido atingido o preço contratual, o contrato extingue-se sem que assista ao prestador de serviços o direito a qualquer indemnização pelo valor das prestações não executadas.

6. Podem constituir força maior, para efeitos do n.º 1, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias e embargos ou bloqueios internacionais.

3. Obrigações dos cocontratantes

Para além das previstas no CCP, constituem obrigações dos cocontratantes:

1. Cumprir todas as normas legais e regulamentares aplicáveis ao exercício da sua atividade;
2. Comunicar à ESPAP, I.P. qualquer facto que ocorra durante a execução do Acordo-Quadro e dos contratos celebrados ao seu abrigo e que altere, designadamente, a sua denominação e sede social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica ou a sua situação comercial, bem como as alterações aos contactos e moradas para a gestão do Acordo-Quadro;
3. Comunicar à ESPAP, I.P. e às entidades adquirentes a nomeação do gestor de contrato responsável pela gestão do Acordo-Quadro e dos contratos celebrados ao abrigo do mesmo, bem como quaisquer alterações relativamente à sua nomeação com uma antecedência mínima de 5 dias;
4. Reportar à ESPAP, I.P. a informação, pelos canais, com a periodicidade e nos moldes a definir pela ESPAP, I.P., relativa à execução contratual de todos os contratos celebrados ao abrigo do Acordo-Quadro, designadamente, a identificação das entidades, os códigos de ponto de entrega (CPE), as moradas das entidades e dos CPE, as potências contratadas, os ciclos horários, os tarifários, os consumos e os montantes faturados em períodos a definir pela ESPAP, I.P. e restante informação contida na faturação, nos termos do Anexo A caderno de encargos do acordo-quadro, acrescida de informação estatística a definir, designadamente, diagramas de carga e de consumos ou identificação e demonstração da origem da produção de energia e da incorporação de energia proveniente de fontes renováveis (FER);
5. Comunicar às entidades compradoras vinculadas e voluntárias do SNCP, logo que deles tenham conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das suas obrigações;
6. Proceder à atualização dos bens e serviços no Catálogo Nacional de Compras Públicas (CNCP), nos termos a serem definidos pela ESPAP, I.P.;
7. Produzir e enviar relatórios de faturação à ESPAP, I.P., nos termos previstos no presente Caderno de Encargos, retificando-os sempre que sejam detetadas irregularidades nos valores apresentados;
8. Remunerar a ESPAP, I.P. nos termos previstos no artigo 9.º do presente Caderno de Encargos;
9. Sempre que solicitado pela ESPAP, I.P. disponibilizar declaração emitida por um Revisor Oficial de Contas ou pela entidade fiscalizadora das contas da empresa, na qual se certifiquem os valores comunicados nos relatórios de faturação entregues, relativos aos procedimentos realizados ao abrigo do Acordo-Quadro;
10. Para efeitos de habilitação nos procedimentos de aquisição ao abrigo do Acordo-Quadro, manter permanentemente atualizados os documentos de habilitação para consulta por parte das entidades adquirentes no CNCP ou outro sistema a disponibilizar pela ESPAP, I.P. e de acordo com procedimento a definir por esta;

11. Fornecer eletricidade, em regime de mercado livre, para Portugal Continental conforme as condições definidas no presente Acordo-Quadro e demais documentos contratuais;
12. Apresentar proposta a todos os procedimentos de consulta desencadeados ao abrigo do Acordo-Quadro, com preço igual ou inferior ao preço estabelecido neste Acordo-Quadro e que se encontra publicado no CNCP;
13. Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às propostas, não apresentando propostas condicionadas ou que possam ter custos indiretos ou futuros que não se encontrem previstos nos procedimentos pré-contratuais.
14. São ainda obrigações das entidades cocontratantes o cumprimento das demais cláusulas contratuais previstas no Acordo-quadro ELE 2020.

4. Obrigações da entidade adquirente

1. Constituem obrigações das entidades adquirentes:
 - a) Efetuar os procedimentos aquisitivos segundo as regras definidas no presente Acordo-Quadro;
 - b) Designar, ao abrigo do disposto no artigo 290.º-A do CCP, um gestor de contrato, responsável pela monitorização dos contratos celebrados ao abrigo do presente Acordo-Quadro, bem como comunicar aos cocontratantes com quem tenham celebrado contrato quaisquer alterações a essa designação;
 - c) Reportar à ESPAP, I.P. toda a informação que seja solicitada relativa aos contratos celebrados ao abrigo do Acordo-Quadro, nomeadamente os preços adjudicados e os pagamentos efetuados, assim como informação relativa à prestação efetiva dos serviços ou entrega dos bens a adquirir, no prazo que vier a ser definido pela ESPAP;
 - d) Monitorizar o cumprimento contratual no que respeita às respetivas condições, nomeadamente no que diz respeito ao cumprimento dos níveis de serviço definidos no artigo 16.º;
 - e) Reportar os resultados da monitorização referida na alínea anterior e comunicar, em tempo útil, à respetiva UMC, à entidade agregadora ou à ESPAP, I.P. os aspetos relevantes que tenham impacto no cumprimento do Acordo-Quadro ou dos contratos celebrados ao seu abrigo.
2. A informação referida na alínea c) do número anterior deve ser enviada através de relatórios de contratação elaborados e remetidos em conformidade com o modelo e processo definidos pela ESPAP, I.P..

5. Preço contratual

1. Pelo fornecimento da prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2. Pelo cumprimento de todas as obrigações, a entidade adjudicante obriga-se, também, a pagar ao prestador de serviços, em função do consumo efetivamente verificado, as tarifas as tarifas relativas às parcelas das Componentes de Acesso às Redes em cada nível de tensão, fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) e não sujeitas a concurso.
3. Os valores contratuais estimados, obtidos pela multiplicação dos preços unitários adjudicados pelas quantidades efetivas não poderá exceder os seguintes montantes, no **prazo máximo de vigência** admitido (valores sem IVA):

		Energia Ativa	Valor estimado para o contrato a celebrar S/IVA (energia ativa + tarifas ERSE + taxas + impostos) (€)
Lote 1	Baixa Tensão Normal (BTN)	1.246.612,21 €	1.681.824,64 €
Lote 2	Baixa Tensão Especial (BTE)	586.026,52 €	761.026,76 €
Lote 3	Média Tensão (MT)	557.835,14 €	709.839,12 €
		2.390.473,87€	3.152.690,52 €

4. O produto da multiplicação dos preços unitários pelas quantidades efetivas **acrescidas de todos os outros elementos que compõem a fatura** a pagar ao co-contratante e que não se encontram submetidos à concorrência por serem regulados por entidades terceiras, não pode, em qualquer caso, **ser superior a 3.152.690,52 € no total dos lotes, no prazo máximo de vigência** admitido (valores sem revisão de preços e sem IVA).
5. O preço referido no número 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída a entidade adjudicante.

6. Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 dias, após a receção pela Divisão de Contabilidade, das respetivas faturas emitidas em cumprimento com:
 - a. o artigo 36.º do CIVA;
 - b. o artigo 9.º, n.º 1, da LCPA - Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na atual redação, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e após o fornecimento de bens e serviços.
 - c. o Decreto-lei n.º 123/2018 e Decreto-lei n.º 14-A/2020, as quais devem ser remetidas de forma desmaterializada sob a tecnologia Eletronic Data Interchange (E.D.I.).
 - i. Parceiro de faturação: Portal Saphety invoice Network

2. Caso, não disponha de uma solução de faturação eletrónica, e sejam uma micro, pequenas e médias empresas, e uma entidade pública enquanto entidade cocontratante (Decreto-Lei n.º 104/2021, de 27/11), poderá até dia 1 de julho de 2022 enviar faturas para o seguinte endereço:
3. As faturas deverão ser emitidas em nome do Município de Braga, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, deve especificar a **referência do procedimento e o respetivo número de compromisso/requisição externa de despesa.**
4. Para os efeitos dos números anteriores, a obrigação considera-se vencida mensalmente.
5. Em caso de atraso do contraente público no cumprimento do prazo de pagamento, são devidos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora.
6. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
7. Nas condições de pagamento a apresentar pelos concorrentes não podem ser propostos adiantamentos por conta de serviços a prestar, devendo refletir a fatura, os bens efetivamente fornecidos no período a que se refere, respeitando o artigo 292.º do CCP.
8. O atraso em um ou mais pagamentos não determinam em caso algum o vencimento das restantes obrigações de pagamento.
9. Mais se informa que "Os critérios de avaliação dos fornecedores foram publicados no site institucional do Município de Braga, poderá aceder aos mesmos a partir do seguinte local:
<https://www.cm-braga.pt/pt/0502/municipio/camara-municipal/instrumentos-de-gestao?idh=1029>."

7. Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento da obrigação de prestar todos os serviços necessários à boa execução do contrato até 3% do preço contratual;
 - b) Pelo incumprimento da obrigação de garantia técnica, até 3% do preço contratual;
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual.

3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
5. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelos danos decorrentes da mora no cumprimento, cumprimento defeituoso e incumprimento definitivo.

8. Dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo, ou em relação, com a execução do contrato, nomeadamente administradores, diretores, outros trabalhadores, clientes, parceiros e fornecedores, salvo se previamente autorizado por escrito.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário, ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O adjudicatário deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

9. Proteção de dados pessoais

1. O prestador de serviços e a entidade adjudicante obrigam-se, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, a dar rigoroso cumprimento ao disposto na respetiva legislação aplicável, nomeadamente, ao Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril, sem prejuízo das obrigações que possam resultar igualmente para terceiros, nomeadamente, para a entidade gestora da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e para o IMPIC, IP.

2. Todos os titulares de dados têm direito a apresentar reclamação se considerarem que o tratamento dos dados pessoais que lhe diga respeito viola o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.
3. Sem prejuízo de qualquer outra via de recurso administrativo ou judicial, a reclamação referida no número anterior é apresentada a uma autoridade de controlo, em especial no Estado-Membro da residência habitual do titular dos dados, do seu local de trabalho ou do local onde foi alegadamente praticada a infração.
4. O responsável pelo tratamento dos dados ou o subcontratante, conforme os casos, fica isento de responsabilidade se provar que não é de modo algum responsável pelo evento que deu origem aos danos.

10. Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

11. Resolução por parte da entidade adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei e no contrato, nomeadamente os constantes na cláusula referente às penalidades contratuais, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O contrato pode ser resolvido pela entidade adjudicante em caso de incumprimento definitivo, grave ou reiterado, e culposos das obrigações assumidas no contrato pelo adjudicatário, nos termos gerais de direito, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais a que houver lugar.
3. Para efeitos do disposto no número anterior, a entidade adjudicante comunicará por escrito a ocorrência da situação de incumprimento suscetível de gerar resolução contratual, concedendo à contraparte um prazo não inferior a 10 dias para que aquela reponha a situação de incumprimento, sem o que, o incumprimento se tornará definitivo e determinará a resolução contratual, nos demais termos gerais de direito.
4. O contrato pode também ser resolvido pela entidade adjudicante caso se verifique alguma das seguintes situações, as quais são desde já consideradas como situações de incumprimento grave e culposos por parte do adjudicatário:
 - a) Quando se verificar reiterada inobservância das disposições do contrato ou má-fé do adjudicatário;
 - b) Prestação de falsas declarações;
 - c) Estado de falência ou insolvência;
 - d) Cessação da atividade;
 - e) Condenação, por sentença transitada em julgado, por infração que afete a idoneidade profissional do adjudicatário e desde que não tenha ocorrido reabilitação judicial.
5. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração escrita enviada ao adjudicatário.

12. Resolução por parte do adjudicatário

O adjudicatário pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.

13. Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

14. Subcontratação e cessão da posição contratual

1. A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos (CCP).
2. Em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o cocontratante cederá, nos termos do disposto no artigo 318.º-A do CCP, a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do presente procedimento, pela ordem sequencial de classificação dos concorrentes.

15. Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

16. Local da prestação de serviços

1. Os serviços objeto da contratação serão prestados nas instalações do Município de Braga, conforme consta do **Anexo I** deste caderno de encargos.
2. As quantidades de energia elétrica a contratar são indicativas, podendo as mesmas vir a ser alteradas pela introdução de variações do consumo durante a execução do presente contrato.
3. Caso venham a ser estabelecidos diferentes tarifários, a entidade adquirente escolherá o tarifário que melhor se adaptará aos seus perfis de consumo.
4. No decorrer da vigência do contrato, o contraente público poderá criar novos pontos de entrega ou, pelo contrário, desativar alguns dos já existentes.
5. Os novos pontos de entrega, criados durante a execução do contrato integram-no e estão sujeitos a todas as condições contratualizadas.
6. A entidade adjudicante reserva-se o direito de implementar medidas de utilização racional da energia tendo em vista a redução dos consumos de energia das suas instalações, quer seja por implementação de medidas de eficiência energética ou de racionalização energética, quer pela transferência dos consumos para horários mais favoráveis, quando exequível.

7. A entidade adjudicante reserva-se ainda ao direito de, em virtude da implementação de medidas especificadas no ponto anterior, ou em virtude de outro tipo de alterações ao nível do perfil de consumos, a possibilidade de efetuar a redução da potência contratada para cada instalação.
8. Não são consideradas alterações ao contrato:
 - a. A redução ou aumento do número de pontos de entrega;
 - b. Aumento ou diminuição do consumo, por força, nomeadamente, da variação do número de luminárias e das suas características técnicas, ou com eventual aumento ou redução do consumo;
 - c. A instalação de outros equipamentos ou sistemas que visem a eficiência energética.
9. A faturação deverá ser feita por medição, em função dos consumos obtidos.
10. Quando tal não for possível a faturação poderá ser estimada, de acordo com a tipologia do local de consumo, numa periodicidade máxima de 3 (três) meses.
11. Nos casos em que exista telecontagem a mesma deverá ser fornecida sempre que solicitada pela entidade adjudicante.
12. Na ausência de sistemas de telecontagem, ou na ausência de comunicação de leituras pela Entidade Adjudicante, deverá o Adjudicatário respeitar a periodicidade de realização das leituras pelo Operador da Rede de Distribuição.
13. Nos locais de consumo em que não existe equipamento de contagem de energia elétrica, deve ser aplicada a medição pelo método de estimativa do Consumo Fixo (ponto 33.3 do Guia de Medição, Leitura e Disponibilização de Dados - Portugal Continental).
14. Quando não existam sistemas de medição de consumos adequados (e.g. contadores multi-horários), a contagem de energia elétrica, por períodos horário, e tendo em conta a tipologia do local de consumo, deverá ser feita de acordo com o disposto no Guia de Medição, Leitura e Disponibilização de Dados de Energia Elétrica em Portugal Continental, publicado pela ERSE em 23 de Dezembro de 2016, nomeadamente com os Perfis de Consumo aplicáveis publicados sub-regulamentação específica, conforme disponibilizado pela ERSE.
15. O Ciclo horário a considerar deverá ser o indicado para cada um dos locais de consumo constantes no Anexo I do presente Caderno de Encargos, podendo no entanto vir a sofrer eventual alteração caso se torne vantajoso para a entidade adjudicante, conforme mencionado no ponto 7 da presente cláusula.

17. Gestor do Contrato

Nos termos e para os efeitos da alínea i) do n.º 1 do artigo 96.º e do artigo 290.º-A do CCP, é designado como gestor do contrato:

18. Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, nos termos do disposto no artigo 471.º do CCP, na sua atual redação.

19. Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo disposto no CCP e restante legislação aplicável.

Parte II – Cláusulas Especiais

20. Especificações técnicas

1. As especificações para o presente contrato estão em conformidade com o Acordo-Quadro para o fornecimento de eletricidade, em regime de mercado livre, para Portugal Continental, em função de diversos níveis de tensão distribuídos de acordo com os seguintes lotes:

- d) Lote 1 - Baixa Tensão Normal (BTN);
- e) Lote 2 - Baixa Tensão Especial (BTE);
- f) Lote 3 - Média Tensão (MT);

Lote 1 - BTN Baixa tensão normal					
Energia ativa					
Nível de tensão		Ciclo	Tarifário		Consumo (kWh)
BTN - Baixa tensão normal	Potência contratada ≤ 20,7 kVA	Sem ciclo	Simples	Todas as horas	567 651
		Ciclo diário e semanal	Bi-horário	Horas de vazio	366 722
				Horas fora de vazio	416 950
			Tri-horário	Horas de cheia	256 021
				Horas de ponta	89 746
		Horas de vazio	276 603		
	Potência contratada > 20,7 kVA	Ciclo diário e semanal	Tri-horário	Horas de cheia	686 957
				Horas de ponta	244 823
				Horas de vazio	811 370
				TOTAL	3 716 843

Lote 2 - BTE Baixa tensão especial				
Energia ativa				
Nível de tensão	Ciclo	Tarifário		Consumo
BTE - Baixa tensão especial	Ciclo diário	Tetra-horário	Horas de ponta	168 115
			Horas cheias	415 852
			Horas de vazio normal	207 881
			Horas de super vazio	174 558
	Ciclo semanal	Tetra-horário	Horas de ponta	157 608
			Horas cheias	376 316
			Horas de vazio normal	175 161
			Horas de super vazio	53 170
TOTAL				1 728 661

Lote 3 - MT Média tensão				
Energia ativa				
Nível de tensão	Ciclo	Tarifário		Consumo
MT- Média tensão	Todos os ciclos	Tetra-horário	Horas de ponta	220 334
			Horas cheias	871 549
			Horas de vazio normal	476 151
			Horas de super vazio	227 716
TOTAL				1 795 751

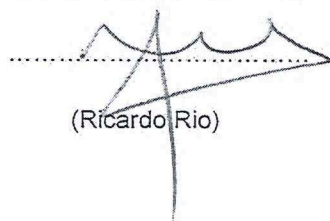
2. O contrato a celebrar será executado nos diversos locais do Município de Braga, referidos no Anexo I ao presente Caderno de Encargos.

Despacho:

Aprovo o presente caderno de encargos.

Braga, 12/04/2022

O Presidente da Câmara,



(Ricardo Rio)